



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2016.

Nº. 19/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Questionou o Sr. Vereador António José de Brito quais os valores arrecadados no ano anterior proveniente da Derrama, do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto de Circulação Automóvel.

O Sr. Presidente da Câmara informou que relativamente à derrama a receita ascendeu a 80.000 €, incluindo acertos referentes a cobrança junto da SOMINCOR, relativos aos anos de 2003/2007; o IMI ascendeu a cerca de 375.000 €, verificando-se alguma quebra nesta receita, e quanto ao Imposto de Circulação a receita foi similar à do ano anterior.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- E-mail da Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo, acerca da falta de água para o gado e a execução do PDR2020.
- “E-mail” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento da pergunta dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da respetiva resposta dada sobre a “Aplicação provisória do CETA - Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá e a União Europeia”.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 31 de Agosto de 2016, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2015	239.878,26 €
Receitas cobradas	6.787.334,01 €
Soma	7.027.212,27 €
Despesas realizadas	6.192.841,34 €
Saldo em 31.08.2016	834.370,93 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2015	207.872,19 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	509.238,44 €
Soma	717.110,63 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	496.244,62 €
Saldo em 31.08.2016	220.866,01 €

- Disponibilidades:

Caixa	4.120,14 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	1.048.616,80 €
Total das disponibilidades em 31.08.2016	1.055.236,94 €
Documentos	22.898,20 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.08.2016	1.078.135,14 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Agosto de 2016: 499.648,671 €.

2. -Balancete Mensal Acumulado (Razão):

Tomou a Câmara, igualmente, conhecimento do Balancete Acumulado (Razão) referente ao mês de Agosto, que se anexa à presente ata, dando-se por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Proposta da 8ª alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano - 2016:

Apresentou o Sr. Presidente a seguinte proposta:

“Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2016, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de verbas de outras.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o art.º 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Formalmente proponho, que a Câmara Municipal de acordo com o preceito legislativo, aprove na próximo reunião, a alteração nº. 8 dos documentos previsionais de 2016 (Orçamento e Gop,s)”

Apreciado o assunto, após informação sobre as alterações em causa, apresentada pelo Sr. Presidente, e submetida a votação, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José Rosa Brito e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, aprovar a 8ª alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, cujos documentos que a constituem se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

4. - Autorização de procedimento para abertura de concurso público para aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público:

Apreciou a Câmara a proposta do pedido de autorização do procedimento para abertura de concurso público para aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público, por um período de um ano a contar da data da celebração do contrato ou até atingir o montante de 150.000,00 €, consoante aquele que se atingir primeiro.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, autorizar o procedimento em causa, nos termos propostos pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos (GPGC), cujos documentos se anexam à presente ata e dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

5.- Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o nº. de registo 724 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no art.º 35º/10, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.ª, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, parecer prévio favorável para a celebração das aquisições de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta, nos seguintes termos:

- Prestação de serviços de consultadoria na área da energia, por ajuste direto (regime geral), pelo preço base de 20.000,00 €.
- Prestação de serviços para desenvolvimento de atividades de Animação e Apoio à Família nos Jardins de Infância do concelho de Castro Verde, por ajuste direto (regime geral), pelo preço base de 1.100,00 €/mês.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração dos contratos de aquisição de serviços em causa, nos termos acima enumerados.

6. - Homologação da ata do ato público de abertura das propostas para concessão de exclusivos de exploração na feira de Outubro - 2016:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara a ata do ato público da abertura das propostas apresentadas ao concurso em título, na qual consta em termos de decisão o seguinte:

- **Para dois lugares de restaurante:**

Foram abertas as propostas apresentadas pelos concorrentes Álvaro Fernandes & Filhos Ld.ª e Eulália Maria Pateiro Rebocho Nunes Calado.

Verificada a conformidade das propostas apresentadas com as normas do concurso, verificou-se que as mesmas reuniam os respetivos requisitos.

Apresentam as propostas os seguintes valores:

Concorrentes	Valor das propostas
Álvaro Fernandes & Filhos Ld.ª	1.100,00 €
Eulália Maria Pateiro Rebocho Nunes Calado	905,00 €

Face ao exposto, propõe a Comissão, perante o entendimento verificado por parte dos concorrentes, a adjudicação das duas concessões a Álvaro Fernandes & Filhos Ld.ª e a Eulália Maria Pateiro Rebocho Nunes Calado, atribuindo-lhes os lotes R2 e R1, respetivamente.

- **Para dois lugares de “Pão c/ Chouriço”:**

Foram abertas as propostas apresentadas pelos concorrentes João Sidónio Antunes José e Fernando Borges da Silva Cruz.

Verificada a conformidade das propostas apresentadas com as normas do concurso, e hierarquizadas em conformidade com os seguintes valores que apresentam:

Concorrentes	Valor das propostas
João Sidónio Antunes José	191,00 €
Fernando Borges Silva Cruz	191,00 €

Nestes termos a Comissão deliberou propor a adjudicação das concessões aos concorrentes João Sidónio Antunes José e Fernando Borges da Silva Cruz, dos lotes PC1 e PC2, pelas quantias propostas, respetivamente.

- Para a Pista de Automóveis de adultos:

Antes de se proceder à abertura das propostas, o representante da empresa Diversões Simões Ld.^a. solicitou que fosse retirada uma das suas propostas, tendo-se assim verificado o seguinte relativamente às duas propostas a concurso:

Concorrente	Valor das proposta
Patamar Divertido, Diversões Ld. ^a .	8.270,00 €
Diversões Simões Ld. ^a .	3.100,00 €

Verificada a conformidade das propostas com as normas do concurso, foram as mesmas admitidas e em face do proposto pelo concorrente Patamar Divertido, Diversões Ld.^a., propõe a Comissão adjudicar-lhe a concessão pelo valor proposto.

Das decisões ora tomadas pela Comissão foi dado conhecimento a todos os concorrentes.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, ratificar as decisões contidas na ata do ato público da abertura das propostas apresentadas ao concurso público em referência.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Obras particulares/outros:

- **Projeto de arquitetura:**

Apreciou a Câmara o projeto de arquitetura apresentado por Courela do Pomarão Unipessoal Ld.^a. para construção de edifício industrial, destinado ao fabrico de produtos à base de carne-fumeiro; na Rua do Celeiro, em Santa Bárbara de Padrões (proc.º n.º.20/2016), tendo em face do parecer proferido pelo mesmo, pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberado, por unanimidade e nominalmente aprová-lo.

- **Divisão de prédios em regime de propriedade horizontal:**

Apreciou a Câmara o, pedido apresentado por Maria Arlete Maruta Marques, na qualidade de cabeça de casal dos herdeiros de António Guerreiro de Brito Camacho, relativamente à constituição do seu prédio urbano, sito na Rua de Santa Bárbara n.º.2 e Rua Capitão Henrique Galvão n.ºs, 1,3 e 5, em Castro Verde, segundo o regime de propriedade horizontal, tendo em face da informação prestada pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberado por unanimidade e nominalmente certificar que o prédio em causa reúne os requisitos necessários para o efeito pretendido, em 4 frações autónomas, distintas e isoladas entre si, da seguinte forma:

Fração A: r/c, composta por dois quartos, arrecadação, sala, cozinha, wc, zona de circulação e logradouro, destinada a habitação.

Fração B: r/c, composta por dois quartos, arrecadação, sala, cozinha, wc, zona de circulação, arrumos e logradouro, destinada a habitação.

Fração C: r/c, composta por dois quartos, arrecadação, sala, cozinha, wc, zona de circulação e logradouro, destinada a habitação.

Fração D: r/c, composta por dois quartos, arrecadação, sala, cozinha, wc, zona de circulação e logradouro, alpendre e arrumos no logradouro, destinada a habitação.

Apreciou a Câmara igual pedido apresentado pela mesma requerente relativamente ao seu prédio sito na Rua Capitão Henrique Galvão n.ºs 9, 11 e 13, em Castro Verde, tendo em face da informação prestada pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberado por unanimidade e nominalmente certificar que o prédio em causa reúne os requisitos necessários para o efeito pretendido, em três frações autónomas, distintas e isoladas entre si, da seguinte forma:

Fração A: r/c composto por quatro divisões; um armazém, uma garagem, um escritório e um arrumo.

Fração B: r/c composto por sete divisões, três quartos, sala de estar, sala de jantar, cozinha e wc, corredor, varanda e logradouro, destinada a habitação.

Fração C: r/c composto por um armazém, wc, escritório e logradouro.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Protocolo de intenções “Rota da Estrada Nacional 2 - EN 2”:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Desde há aproximadamente um ano que um conjunto de municípios prepara a criação da Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2. Esse processo, que temos acompanhado desde 2015, encontra-se agora em fase de conclusão, sendo hoje uma realidade eminente, faltando a sua constituição e criação da sua figura jurídica.

Assim,

e considerando que o projeto da Rota da Nacional 2 tem por base o potencial de uma estrada histórica e lendária (Estrada Real que ligava pelo interior Chaves e Faro) que a distingue de todas as outras, onde são potencialmente valorizáveis as vertentes turísticas e económicas, e que tem como principais objetivos:

1. - preservar a herança cultural diferenciada da Estrada Nacional 2;
2. - projetar o território atravessado pela Nacional 2 valorizando as suas especificidades económicas, turísticas, históricas e culturais.
3. - torná-la motor de desenvolvimento.
4. - aprofundar relações e a cooperação entre entidades (públicas e privadas) de todo este extenso território de mais de 600 quilómetros.

Propomos:

- a) a aprovação do Protocolo de intenções (Rota da Estrada Nacional 2 - EN 2”;
- b) a adesão à “Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2”, cujo processo registado em sede de Tribunal de Contas obteve o número 472/2016.
- c) a aprovação do documento “Exposição de Motivos para a elaboração da minuta de Estatutos”que, fundamenta a filosofia de estatutos a criar para a associação:

Apreciado o assunto deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, cujos documentos que a integram se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

2. - Concessão de cartões sociais:

Com base na informação nº. 723 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Cecília Santiago da Conceição dos Santos, residente no Monte de Almeirim; Maria Vitória Brito Deodato Caetano, Joaquina Maria Lagartinho, Maria Isabel Nobre Emiliano, Maria José Castilho Correia, residentes em Castro Verde; Maria José Gonçalves Carneirinho, residente no Monte dos Aivados; e a Maria Nazaré dos Ramos Silvestre Marques, residente em Santa Bárbara de Padrões, todos no escalão A; e a Joaquim José da Luz Dória Gonçalves Emídio, residente em Castro Verde, Maria Georgina Guerreiro, residente no Monte do Lombador, e a Edmundo Timóteo Silvestre de Matos, residente em Santa Bárbara de Padrões, todos no escalão B.
- Indeferir os pedidos de cartão social de Maria Augusta da Silva Diogo e de Maria Carmelita Gaspar Carlos, residentes em Castro Verde, por apresentarem rendimentos cuja capitação ultrapassa o valor de referência de atribuição de cartão social.

3. - Concessão de subsídios:

- **Ao Clube Ornitológico de Castro Verde:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Câmara Municipal de Castro Verde celebrou com o Clube Ornitológico de Castro Verde um protocolo de cooperação que tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de ornitologia em Castro Verde, associando, sempre que possível, as mesmas a programas de animação local, contribuindo para o enriquecimento das iniciativas e para o fortalecimento de parcerias comunitárias.

Neste contexto, o Clube Ornitológico tem desenvolvido um plano de atividades onde se destacam a Exposição de Ornitologia de Castro Verde e a Mostra de Aves na Feira de Castro.

Assim, nos termos do protocolo de colaboração celebrado com esta autarquia, cláusula 1ª., ponto 3, alínea a), proponho a atribuição de um apoio de 850 € ao Clube Ornitológico de Castro Verde para aquisição de gaiolas, sendo que este material é necessário para a dinamização da Mostra de Aves programada para a Feira de Castro 2016.

- **Ao Grupo Motard de Castro Verde:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“O Grupo Motard de Castro Verde organiza anualmente um Encontro Motard para assinalar o aniversário de associação, que este ano acontecerá no dia 17 de Setembro, e promoverá um convívio um convívio direcionado aos sócios e público específico de ação da associação, mas também ao público específico de ação da associação, mas também ao público em geral.

Assim, de acordo com a solicitação anexa, e nos termos do protocolo de colaboração assinado entre esta autarquia e o Grupo Motard de Castro verde, respeitando o apoio atribuído à sua congénere de Castro Verde para fim idêntico, propõe-se a atribuição de um apoio de 750 €, a

cedência do espaço do Pavilhão do Largo da Feira e apoio logístico, de acordo com as disponibilidades da autarquia, para a realização do VI Encontro Motard.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, atribuir ao Grupo Motard de Castro Verde o apoio financeiro e logístico proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento para a realização do seu VI Encontro Motard.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dada a palavra ao Sr. Vítor Manuel Guerreiro Jacinto, residente nos Aivados, solicitou o mesmo autorização e distribuiu pelo executivo cópia da sua conta corrente como consumidor de água domiciliária, no sentido de ser feita uma comparação entre o que lhe foi cobrado durante o ano de 2015 e no corrente ano, até ao mês de Junho, manifestando mais uma vez o seu desagrado quanto ao aumento do consumo de água e das taxas que lhes estão associadas, e que, em sua opinião, levou ao exagero na diferença do que lhe foi cobrado, apresentando os mesmos argumentos que já havia exposto na sessão Assembleia Municipal de 27 de Junho do ano corrente.

Informou que tinha protestado junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e que a resposta que obteve foi idêntica à que o Sr. Presidente da Câmara deu nos trabalhos da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente comparou os consumos, do referido cidadão, do ano anterior e os do ano corrente, tendo concluído que o mesmo até ao mês de Junho havia consumido significativamente mais do que no idêntico período do ano anterior, o que, seguindo a estimativa, certamente irá exceder o consumo do ano anterior, e por isso há que ter em conta os valores cobrados no ano corrente, face à atualização dos preços ocorrida.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,45 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pela Secretária do Gabinete de Apoio ao Presidente, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.